

“Centrão” e esquerdas têm novo confronto hoje



Integrantes do «Centrão» foram ontem a Ulysses pedir «enérgicas» providências para garantir sua segurança em plenário

Para Sarney, distribuidoras devem ficar

O Presidente José Sarney defendeu ontem a participação das empresas multinacionais (Shell, Esso, Texaco e Atlantic) na distribuição da gasolina e demais derivados de petróleo no mercado interno, através da rede particular de postos de gasolina, contrariando o que dispõe o atual projeto da nova Constituição proposta pela Comissão de Sistematização.

A opinião de Sarney foi manifestada privadamente, numa audiência com o presidente da Petrobrás, Ozires Silva, que, por sua vez, também defendeu a manutenção do regime de “contratos de risco” para a pesquisa e a exploração de petróleo, por empresas estrangeiras, na plataforma continental.

Ozires Silva disse que o Presidente argumenta que “essas empresas são praticamente brasileiras, dirigidas por brasileiros e geram uma quantidade grande de emprego para brasileiros”.

Indenização

Para o presidente da Petrobrás, que entende ainda ser a concorrência entre as distribuidoras benéfica aos consumidores, por oferecer opções de atendimento, a estatização desse segmento é praticamente inviável, ante os custos que envolveriam a indenização dessas empresas, estimados hoje, só na área da distribuição, em US\$ 2 bilhões de dólares. “Seria também interromper um serviço que já funciona, e bem, a mais de 70 anos no Brasil”, disse.

Por essas razões, continuou, não acredito que a medida seja aprovada na Constituinte. Disse ele que a Petrobrás não está participando da campanha das distribuidoras em favor da distribuição, mas que também nada tem contra.

Da mesma forma o cel. Ozires Silva defende a presença das multinacionais nos contratos de risco. “Elas já investiram no Brasil cerca de US\$ 1,2 bilhão, embora os resultados não tenham sido muito favoráveis até aqui”. Mas também, continuou, “as empresas estrangeiras estão com as piores áreas”. São ao todo 72 contratos de risco.

Escritório de Londres

Ozires Silva conseguiu ontem autorização do presidente Sarney para transformação do escritório da Petrobrás em Londres numa companhia. Explicou que a legislação inglesa exige que atividades como as que vem sendo exercidas pelo Escritório da Petrobrás — compra e venda de petróleo, etc — devam ser procedidas por empresas legalmente registradas no País e não por representações.

General quer Constituinte equilibrada

Porto Alegre — Ao comentar ontem, em Porto Alegre, que “o povo brasileiro rejeita os extremos”, de esquerda ou de direita, o Comandante Militar do Sul, general Edison Boscassi Guedes, afirmou que não apenas os militares, mas “todo brasileiro consciente, espera que eles (os parlamentares) saibam fazer uma Constituição equilibrada, que possa trazer aquilo que todos esperamos, que é o bem estar social do povo”.

Em entrevista à imprensa na sala VIP do aeroporto Salgado Filho, indagado se julga importante o esforço que o “Centrão” da Constituinte vem fazendo, o general insistiu na conveniência da elaboração de uma Carta “que possa trazer equilíbrio e bem estar ao povo. Esta é a Constituição que nós queremos, e é isso que eles estão se esforçando. A impressão que nós temos, nós que estamos observando e que estamos na expectativa, é que se busca justamente isso, uma Constituição equilibrada, dentro do regime democrático que estamos vivendo, e que possa trazer esse equilíbrio social que tanto desejamos”.

Mesa reduz acesso às galerias para ampliar segurança

A Mesa da Assembleia Nacional Constituinte decidiu ontem restringir de 14 para cinco as entradas de acesso (pelos anexos) de populares às dependências do Congresso Nacional, por ocasião das votações de plenário e impedir que seja cedido qualquer recinto da Câmara ou Senado para eventos que não sejam convenções partidárias nacionais. Por sua vez, a área externa do Congresso já poderá ser protegida por um efetivo das Forças Armadas, ao invés dos 50 homens da Polícia Militar do Distrito Federal, solicitados pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, durante a votação de alteração do Regimento Interno da Constituinte, caso seja aprovada emenda do líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ) nesse sentido.

Nas cinco entradas de acesso ao Congresso, haverá um controle mais rígido, com exigência de crachás para circulação interna. As galerias somente terão acesso as pessoas portadoras de senhas (ao todo são 438) distribuídas pelas lideranças partidárias, proporcionalmente ao tamanho de suas bancadas. O acesso para as galerias será feito agora somente pelas duas rampas superiores e não mais pelo plenário.

Credenciamento

O sistema de credenciamento também será modificado. Quem quiser credenciar-se terá que solicitar diretamente ao 2º vice-

Líderes querem abrir espaços

A ala de esquerda na Constituinte irá repertir várias emendas de plenário oferecidas ao projeto de Constituição, entre elas, a definição de empresa nacional, o papel das Forças Armadas, a concessão da anistia ampla, geral e irrestrita e a imissão imediata da posse da terra desapropriada com fins de reforma agrária. Para evitar duplicidade é que os líderes do PDT, PT, PCB e PC do B irão se reunir nos próximos dias para racionalizar os trabalhos e abrir espaços para apresentação de novas emendas.

O Partido dos Trabalhadores pretende centralizar as suas emendas nos capítulos dos direitos sociais e ordem econômica. Segundo o vice-líder, deputado José Genoíno, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, a livre organização sindical, o direito de propriedade, o direito de greve, a estabilidade no emprego, a imissão de posse, a anistia e o papel das Forças Armadas “são questões que os trabalhadores não abrem mão, e nós insistiremos até o fim”. Individualmente, Genoíno irá apresentar emenda propondo a legalização da prática do aborto no País.

O Movimento Unidade Progressista do PMDB (MUP), com cerca de 45 constituintes, irá insistir na apresentação de emendas anteriormente rejeitadas ou não apreciadas pela Comissão de Sistematização. Dentre elas, a criação do Tribunal Constitucional, do Defensor do Povo, do Conselho de Comunicação e da nacionalização dos bancos de depósitos. Segundo

presidente da Mesa da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PA) que encaminhará o pedido ao Serviço de Segurança da Casa. O efetivo de segurança do Congresso utilizará cerca de 250 homens, sob a chefia do diretor de Segurança da Câmara, Fernando Paulucci, que estarão orientados no sentido de que o regimento esteja cumprido à risca. Se eles constatarem, por exemplo, que algum constituinte encontra-se armado no plenário, deverão comunicar imediatamente à Mesa da Constituinte, podendo o parlamentar ser processado por falta de decoro parlamentar.

O impedimento de que auditórios e salas de comissões da Câmara e Senado, sejam cedidos para encontros, é resultado principalmente da acusação de que os sindicalistas que provocaram o tumulto nas galerias, na sessão da última quinta-feira, jogando objetos, vaiando e xingando com palavrões os constituintes, eram em sua maioria, participantes do 5º Encontro Nacional do PT, que se realizou no último fim de semana, no auditório Petrólio Portella, do Senado.

Tropas

Jorge Arbage considera desnecessária a exigência do deputado Amaral Netto, de convocar tropas federais (Forças Armadas) para proteger o Congresso Nacional externamente. Ele justifica argumentando que “não há nenhuma previsão apocalíptica de que possa acontecer alguma tragédia aqui”.

o deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), matérias polêmicas como o conceito de empresa nacional, anistia, Forças Armadas e mineração em terras indígenas “somente serão resolvidas pelo voto”.

Nova bancada

Por sua vez, o PDT irá jogar todas suas esperanças em uma emenda substitutiva/modificativa para manter o sistema de governo presidencialista, interessado na candidatura do ex-governador Leonel Brizola à Presidência da República. Segundo o líder Brândão Monteiro, a criação do Tribunal Constitucional, a questão da anistia, a criação do crédito fundiário com recursos do Imposto Territorial Rural e a proposta de orçamento bianual também serão representadas no plenário da Constituinte.

A bancada do PC do B irá propor a criação de uma bancada parlamentar partidária, escolhida por sindicalistas e trabalhadores. Mas segundo o líder Haroldo Lima, a criação da Justiça Agrária, a redução da jornada para 40 horas, o unicameralismo (extinção da Câmara e Senado), empresa nacional, Forças Armadas, eleições diretas 120 dias após promulgação da Constituição, suspensão do pagamento da dívida externa, revogação do SNI e Lei de Segurança Nacional e o monopólio da União para a importação de fármacos serão as prioridades do partido. “Mas tudo pode acontecer pois não sei se serão 4,6 ou 10 emendas”, ponderou.

Imortais garantirão “pureza do vernáculo”

Dois imortais da Academia Brasileira de Letras — Antônio Houaiss e Celso Cunha — deverão colocar seu talento a serviço da correção e precisão do texto constitucional, por sugestão do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, acolhida pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

O projeto de resolução da Mesa, alterando o Regimento Interno da Constituinte, que será votado hoje, determina, expressamente, que, após concluída a votação do projeto, este

será encaminhado a uma comissão de redação, integrada por constituintes a serem designados pelo presidente, entre eles o relator.

A esta comissão, cujos integrantes, à exceção do relator Bernardo Cabral, ainda não são conhecidos, mas que, segundo Ulysses, deverá ser pequena, caberá dar ao texto constitucional a precisão técnica do ponto de vista da pureza do vernáculo, de tal sorte que, no dizer de Afonso Arinos, o texto se aproxime da perfeição e possa ser compreendido com a mesma facilidade tanto no Brasil quanto em Portugal.

Grupo reage a declarações de Meneghelli

Em razão das declarações feitas pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneghelli, em um jornal de São Paulo, de que marcaria os nomes dos constituintes que votassem contra os interesses dos trabalhadores e picharia os muros de suas casas, representantes do “Centrão” foram ontem ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pedir enérgicas providências para a garantia de sua segurança.

Em nota distribuída na ocasião, os membros do “Centrão”, além de pedir providências, repudiam as declarações “criminosas de membros da CUT e em defesa do Poder Legislativo e seus membros, pedem que os autores sejam responsabilizados”. Bastante aborrecidos, os integrantes do “Centrão” fizeram duras críticas à insegurança a que estão sujeitos quando ocorrem tumultos nas galerias, como da última quinta-feira.

“Bomba”

De acordo com o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), se Ulysses não tomar providências no sentido de assegurar maior segurança aos constituintes, “nós poderemos ser alvos, na próxima sessão, de uma bomba, aos invés de objetos”. Fiúza ameaçou suspender os trabalhos “se persistir esse clima de insegurança”. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), por sua vez, solicitando que tropas federais (Forças Armadas) garantam a segurança na área externa do Congresso Nacional, como afirma que elas guardam todos Parlamentos do mundo. Ele cita como exemplo os do Japão, da Alemanha e dos Estados Unidos.

Irritado, o líder do PDS não poupou críticas às ameaças feitas pelos sindicalistas. Chamando Meneghelli e seus companheiros de “essa canalha de esquerda”, Amaral disse se sentir inseguro agora até em sua própria casa. Tanto que já contratou um guarda de segurança para proteger sua residência. E garantiu que atira em qualquer “vagabundo da esquerda” que o ameace.

Novo regimento

Um esboço de regimento interno para implantação das assembleias constituintes estaduais será apresentado amanhã, em Campo Grande (MS), por ocasião do Congresso Brasileiro da União Parlamentar Interestadual (UPI), que reúne deputados estaduais de todo o País e que este ano se desenvolverá simultaneamente com o IV Encontro Nacional para o Desenvolvimento das Atividades Legislativas (Endal). No congresso vão participar, além de diversos constituintes, o presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena; o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e o líder peemedebista Mário Covas.

Sem anistia

O Tribunal Federal de Recursos (TFR), negou, ontem, por apenas um voto de direção (12 a 11), a anistia que onze ex-oficiais da FAB que participaram em 1952 da campanha nacionalista “O Petróleo é Nosso”, reclamavam com base na emenda constitucional n° 26, de novembro de 85 que anistiou os punidos por atividades políticas.

90% aceitáveis

O presidente da Fiergs, Luis Carlos Mandelli admitiu ontem que, dos cerca de 300 artigos na nova Constituição, os empresários tinham problemas com 30 itens, e que 90% de seu texto eram aceitáveis. Ele acha que com a vitória do “Centrão” será possível enxugar do texto artigos que não são de ordem constitucional.

Os conservadores reunidos no “Centrão” e os grupos de esquerda liderados pelo senador Mário Covas (PMDB-SP) vontam a se enfrentar hoje no plenário com a votação do projeto de resolução que altera o Regimento Interno da Constituinte, apresentado pela Mesa na última sexta-feira. Dessa vez, porém, a batalha será menor; estão em jogo apenas duas expressões do projeto referentes ao pedido de preferência automática com 280 assinaturas para apresentar qualquer emenda ao texto do projeto de Constituição.



O senador Mário Covas e seu grupo vão defender a retirada das expressões automáticas e “não” do texto do projeto. A intenção é pedir um destaque para retirar as duas expressões, já que o senador e os progressistas querem que o pedido de preferência seja submetido ao voto no plenário da Constituinte.

Ontem, os dois grupos se mobilizavam para conseguir a maioria dos votos necessários à aprovação ou rejeição da matéria. O senador Mário Covas conversou

com diversos constituintes por telefone, tentando convencê-los a votar com o seu destaque. Ele não quis adiantar quantos votos conseguiu reverter a seu favor. “Quem tiver maioria leva”, afirmou.

Cautela

O texto que estará em disputa é o parágrafo 2º do Artigo 1º do projeto da Mesa. Nele está estabelecido que as emendas apresentadas pela maioria absoluta dos membros da Constituinte — 280 assinaturas — “terão preferência automática, não sendo submetidas a votos”.

O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), e encarregado de mobilizar todos os membros do “Centrão” onde quer que estejam, está cauteloso. Teme que 40 parlamentares que ainda não estão em Brasília não possam chegar a tempo para a votação por causa da operação padrão dos aeronautas em todo o País.

Ele garante que não há nenhum esquema especial para trazer constituintes a Brasília, a não ser o uso do telefone. Já o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) está otimista. Afirma que não existe hipótese do “Centrão” ficar desfalcado hoje. “Nós vamos ganhar”, assegura.

O “Centrão” tem oito destaques para apresentar, todos para emendas de redação, segundo Bonifácio de Andrada.

PFL espera adesão de Maciel

“A minha impressão é de que, desta vez, o senador Marco Maciel vota junto com a bancada”, afirmou ontem o líder do PFL na Câmara e na Constituinte, deputado José Lourenço (BA). Ele está confiante numa mudança de posição do presidente do PFL, que na semana passada votou contra o “Centrão”. Lourenço disse que espera não apenas a adesão de Maciel, como também de maior número de constituintes do PFL na votação que deve ocorrer hoje.

O líder do PFL disse que sua impressão resulta de conversa mantida na véspera com o senador Marco Maciel, a quem tem criticado constantemente, por estar se posicionando contra o “Centrão”, enquanto a maioria do partido tem votado a favor. Lourenço chegou a anunciar, na semana passada, que seria necessário fazer uma reunião com o presidente do PFL para saber como contornar essa falta de sintonia entre a direção partidária e a bancada.

Intranquilo

Apesar da previsão de que

Covas tenta angariar votos

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, passou o dia de ontem contatando os peemedebistas que integram o “Centrão”, na tentativa de convencê-los a votar de acordo com a proposta que a liderança encaminha na sessão de hoje, que vai apreciar a emenda conciliatória da Mesa da Assembleia para o Regimento Interno. Covas vai pedir que seja votada separadamente uma emenda, de sua autoria, suprimindo o dispositivo aprovado pelo “Centrão”, que permite a apresentação de pedidos de preferência de uma emenda sobre outra com base em assinaturas, sem que esta seja submetida a votos.

Sob o argumento de que o

projeto de regimento do “Centrão”, aprovado na última quinta-feira, é tecnicamente inaplicável, o líder do PMDB está tentando ampliar o número de votos dentro de sua bancada para garantir hoje a tese que inviabilizou o acordo entre os dois blocos: substituir por votos em plenário o critério de apresentação dos pedidos de destaque, que o “Centrão” defende que seja através de assinaturas da maioria absoluta dos constituintes — 280.

O líder do PMDB criticou ainda as declarações do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do “Centrão”, que teria acusado Covas de estar radicalizando ao apresentar uma nova emenda a um projeto que pretende ser fruto de um acordo.

Sistematização é extinta

A Comissão de Sistematização foi praticamente extinta pela Mesa da Constituinte e só se reunirá, daqui para a frente, para analisar projetos de decisão. As duas funções importantes que a Sistematização ainda desempenharia — dar parecer sobre o projeto de Constituição que o plenário da Assembleia vai votar e fazer a redação final da nova Carta — foram transferidas para o relator Bernardo Cabral e para uma Comissão de redação que será criada e cujos membros serão indicados pelo presidente da Constituinte. Esse é um dos itens que cons-

ta do projeto da Mesa, resultante de acordo entre a liderança do PMDB e do “Centrão” que será votado hoje para alterar o Regimento Interno da Constituinte em substituição a proposta do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) aprovado na semana passada. A esquerda não aceita o acordo e apresentou um substitutivo ao projeto da Mesa — apenas para marcar posição — que mantém a Comissão de Sistematização e proíbe a apresentação de emendas que substituíam integralmente títulos e capítulos como constam das propostas da Mesa e do “Centrão”.

Távola defende a união dos liberais

O deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ) defendeu ontem a união, dentro da Constituinte, dos progressistas e liberais, ao comentar a formação do “Grupo Modernidade”, que já manteve três reuniões. Távola classifica os integrantes desse novo grupo de “liberais modernos e progressistas liberais”.

O deputado peemedebista explica que o “Grupo Modernidade” se propõe a reestudar o texto até agora aprovado pela Comissão de Sistematização e defender os itens que contam com o apoio da maioria dos constituintes.

Távola lembra a atuação dos diversos agrupamentos surgidos na Constituinte, ao salientar que o “Grupo dos 32”, liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), e o “Grupo de Consenso”, sob a liderança do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) são responsáveis por 90% do atual texto. Recorda ainda que essa atuação teve como consequência “a mobilização da direita”, com o surgimento do “Centrão”.

Pefelista diz que hora é do diálogo

Belo Horizonte — Apesar de acreditar na maioria tranquila do “Centrão” para aprovar as mudanças que o grupo julga necessárias no anteprojeto constitucional, o vice-presidente nacional do PFL, deputado Maurício Campos (MG), acha que a palavra de ordem, é “negociar” para conseguir o equilíbrio.

Nesse sentido, Campos discorda de alguns integrantes do “Centrão”, como o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), de que o grupo vá fechar questão em dez pontos do texto aprovado na Sistematização entre eles o mandato presidencial, o sistema de governo e a estabilidade: “A radicalização não atende nem a minoria nem a maioria e muito menos ao Brasil. A hora é de diálogo, de negociar ponto por ponto”, prega o deputado.

Também através do diálogo o deputado acha possível se obter um consenso interpartidário em torno da candidatura Aurliano Chaves à presidência da República, pelo menos no que se refere a Minas Gerais.